



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

022. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MEIO AMBIENTE, SILVICULTURA E MANEJO FLORESTAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
- 12.** Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
- 13.** Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
- 14.** Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- 15.** No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
- 16.** Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. “Espécie-problema” ou “espécie-competidora”, que deve ser motivo de especial atenção por ocasião da consideração de critérios e procedimentos para a implantação de Sistemas Agroflorestais, é definida, especialmente no Estado de São Paulo, como espécie
- (A) nativa que forme populações fora de seu sistema de ocorrência natural e que exceda o tamanho populacional desejável, interferindo negativamente no desenvolvimento da recuperação florestal, tais como *Leucaena* spp, *Pinus* spp, *Brachiaria* spp, dentre outras.
 - (B) nativa que forme populações em seu sistema de ocorrência natural ou que exceda o tamanho populacional desejável, interferindo negativamente no desenvolvimento da recuperação florestal, tais como *Leucaena* spp, *Pinus* spp, *Brachiaria* spp, dentre outras.
 - (C) exótica que forme populações fora de seu sistema de ocorrência natural e que exceda o tamanho populacional desejável, interferindo negativamente no desenvolvimento da recuperação florestal, tais como *Leucaena* spp, *Pinus* spp, *Brachiaria* spp, dentre outras.
 - (D) exótica que forme populações em seu sistema de ocorrência natural ou que exceda o tamanho populacional desejável, interferindo negativamente no desenvolvimento da recuperação florestal, tais como *Leucaena* spp, *Pinus* spp, *Brachiaria* spp, dentre outras.
 - (E) nativa ou exótica que forme populações fora de seu sistema de ocorrência natural ou que exceda o tamanho populacional desejável, interferindo negativamente no desenvolvimento da recuperação florestal, tais como *Leucaena* spp, *Pinus* spp, *Brachiaria* spp, dentre outras.
26. Com relação ao reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas, conforme especificamente preconizado no Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) poderá ser obtido por meio do replantio de mudas e/ou de outras técnicas, tais como tutoramento, semeadura indireta, indução e/ou condução do reflorestamento heterogêneo.
 - (B) nas situações de plantio, devem ser utilizadas, no mínimo, 40% de espécies zoocóricas da vegetação nativa.
 - (C) nas situações de plantio, nenhuma espécie não pioneira pode ultrapassar o limite máximo de 40% de indivíduos do total do plantio.
 - (D) deve ser promovida a restauração da dinâmica hídrica superficial e subsuperficial do solo (inclusive do curso d’água).
 - (E) como prática de manutenção da recuperação florestal, será admitido, por até cinco anos, o plantio consorciado de espécies exóticas com espécies agrícolas para adubação verde.
27. O dispositivo normativo que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e que se aplica à água destinada ao consumo humano proveniente de sistema e solução alternativa de abastecimento de água é o(a)
- (A) Portaria MS n.º 2.914, de 12 de dezembro de 2011.
 - (B) Decreto n.º 79.367, de 9 de março de 1977.
 - (C) Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977.
 - (D) Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.
 - (E) Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978.
28. O Ato Declaratório para cadastro de usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos para usuários rurais no Estado de São Paulo é o(a)
- (A) Portaria DAEE n.º 717, de 12 de dezembro de 1996.
 - (B) Portaria DAEE n.º 1800, de 26 de junho de 2013.
 - (C) Decreto n.º 43.022, de 07 de abril de 1998.
 - (D) Decreto n.º 8.468, de 08 de setembro de 1976.
 - (E) Lei n.º 6.134, de 02 de junho de 1988.
29. As ações e práticas educativas voltadas à sensibilização, conscientização, mobilização e formação coletiva para proteção e defesa do meio ambiente e melhoria da qualidade da vida são conhecidas como a educação ambiental
- (A) não formal.
 - (B) formal.
 - (C) formal e não formal.
 - (D) não formal, no âmbito escolar da educação básica e superior.
 - (E) formal, no âmbito escolar da educação básica e superior.

30. De acordo com o Plano Safra de Agricultura Familiar, 2012/2013, dentre os principais programas e políticas que visam à garantia de renda e estabilidade para os agricultores familiares encontram-se:
- (A) Garantia-Safra, Seguro da Agricultura Familiar e Programa de Desenvolvimento Cooperativo para a Agregação de Valor à Produção Agropecuária.
 - (B) Garantia de preço, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural.
 - (C) Garantia-Safra, Seguro da Agricultura Familiar e Garantia de preço.
 - (D) Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Armazenagem e Programa de Agricultura de Baixo Carbono.
 - (E) Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Armazenagem.
31. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Governo Federal, é correto afirmar que a Agricultura Familiar é, atualmente, responsável por
- (A) 1,3 milhões de unidades produtivas – o que representa 54% dos estabelecimentos rurais do país – 13% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 54% da mão de obra no campo.
 - (B) 2,3 milhões de unidades produtivas – o que representa 54% dos estabelecimentos rurais do país – 13% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 54% da mão de obra no campo.
 - (C) 3,3 milhões de unidades produtivas – o que representa 54% dos estabelecimentos rurais do país – 23% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 54% da mão de obra no campo.
 - (D) 4,3 milhões de unidades produtivas – o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país – 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 74% da mão de obra no campo.
 - (E) 6,3 milhões de unidades produtivas – o que representa 84% dos estabelecimentos rurais do país – 73% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário e emprega 94% da mão de obra no campo.
32. Conceito, segundo o Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social, de processo, cuja duração e complexidade podem variar em função da dimensão do território, das características que o identificam e das dificuldades ou facilidades que se encontrem para levantar, processar e interpretar a informação.
- Trata-se do(a)
- (A) análise territorial com enfoque dimensional.
 - (B) sistematização coletiva do território com enfoque dimensional.
 - (C) processamento colaborativo com enfoque dimensional.
 - (D) prognóstico cooperativo com enfoque territorial.
 - (E) diagnóstico participativo com enfoque territorial.
33. Dentre as técnicas metodológicas mais comuns para a coleta de informação em um território, destacam-se:
- (A) estudo da documentação existente e análise *cross-section*.
 - (B) estudo da própria experiência dos participantes e análise *cross-section*.
 - (C) pesquisas de opinião da população local, assim como de outros territórios.
 - (D) encontros com os agentes técnicos e autoridades públicas, assim como com a população de outros territórios.
 - (E) encontros com os atores locais sob a forma de entrevistas, grupos focais, *workshops* participativos, pesquisas e observação.
34. Uma das principais finalidades de um inventário florestal é o estudo da diversidade (riqueza e uniformidade) de uma floresta. Nesse sentido, a equação que mede a probabilidade de 2 (dois) indivíduos, selecionados ao acaso na amostra, pertencerem a mesma espécie é denominada:
- (A) Coeficiente de Mistura de Jentsch.
 - (B) Coeficiente de Jackknife.
 - (C) Índice de Shannon-Weaver.
 - (D) Índice de dominância de Simpson.
 - (E) Índice de Diversidade.

35. A denominação dada, no manejo florestal comunitário e de acordo com o Serviço Florestal Brasileiro, para a parte não cortada do tronco de uma árvore (entre a linha de abate e a “boca”), que serve para apoiar a árvore durante a queda é:
- (A) desponte.
 - (B) área de pré-corte.
 - (C) corte de abate.
 - (D) área de traçamento.
 - (E) dobradiça.
36. De acordo com o Programa Cooperativo de Silvicultura de Nativas (PCSN/IPEF), no que concerne à lista de espécies nativas brasileiras de ocorrência no Cerrado e na Mata Atlântica, assinale a alternativa correta.
- (A) Pata de vaca (*Bauhinia forficata*), Pequi (*Caryocar brasiliense*) e Erva-Mate (*Ilex paraguariensis*) são espécies nativas indicadas para a obtenção de produtos florestais madeireiros.
 - (B) Guabiroba (*Campomanesia pubescens*), Paineira (*Chorisia speciosa*) e Pessegueiro do mato (*Eugenia edulis*) são espécies nativas indicadas para a obtenção de produtos florestais madeireiros.
 - (C) Pau marfim (*Balfourodendron riedelianum*), Canjerana (*Cabralea canjerana*) e Guanandi (*Calophyllum brasiliensis*) são espécies nativas indicadas para a obtenção de produtos florestais não madeireiros.
 - (D) Pitanga (*Eugenia uniflora*), Guabiroba (*Campomanesia pubescens*) e Pessegueiro do mato (*Eugenia edulis*) são espécies nativas indicadas para a obtenção de produtos florestais não madeireiros.
 - (E) Pitanga (*Eugenia uniflora*), Uvaia (*Eugenia uvalha*) e Pessegueiro do mato (*Eugenia edulis*) são espécies nativas indicadas para a obtenção de produtos florestais madeireiros.
37. Na escolha do local para instalação do viveiro, um dos principais pontos a ser considerado é
- (A) disponibilidade de água em qualidade e quantidades satisfatórias.
 - (B) terreno fértil.
 - (C) solo com boa dragagem.
 - (D) localização em encosta arejada e ensolarada.
 - (E) área com até 30% de declividade.
38. Doença mais comum em viveiros, causada por fungos que atacam o colo das mudas originadas de sementes no estágio inicial de germinação, que pode aparecer em qualquer época do ano e cuja intensidade depende das características do substrato e das condições climáticas (chuva, insolação):
- (A) Podridão das raízes.
 - (B) Ferrugem fusiforme.
 - (C) Damping-off.
 - (D) Clorose.
 - (E) Necrose foliar.
39. De acordo com o Manual Técnico da Vegetação Brasileira, do IBGE, de 2012, quando uma área agrícola é abandonada, pelo mau uso da terra ou por exaustão de fertilidade, inicia-se um processo pioneiro de ocupação do solo por plantas bem primitivas e pouco exigentes em fertilidade. A esse processo dá-se o nome de
- (A) regressão ecológica.
 - (B) regressão primária.
 - (C) sucessão primária.
 - (D) sucessão natural.
 - (E) criação espontânea.
40. Estágio de regeneração da fisionomia de Cerrado no Estado de São Paulo que apresenta uma fisionomia campestre em que a vegetação herbácea nativa, predominantemente graminosa, ocupa totalmente a superfície do solo, com elementos lenhosos (arbustos ou pequenas árvores) geralmente tortuosos e muito esparsos, que apresenta densidade da vegetação arbórea, com diâmetro superior a 5 cm (medido a 30 cm acima da superfície do solo), geralmente inferior a 500 indivíduos por hectare, e com altura das plantas arbóreas muito raramente superior a 2 m.
- Trata-se do
- (A) cerrado *stricto sensu*.
 - (B) cerrado *lato sensu*.
 - (C) campo cerrado.
 - (D) campo sujo.
 - (E) campo limpo de cerrado.

41. Cerradão é o estágio de regeneração do bioma Cerrado, no Estado de São Paulo, que apresenta uma fisionomia florestal com vegetação arbórea densa e
- (A) descontínua, em que as árvores adultas, raramente retilíneas, geralmente têm altura superior a 4 (quatro) metros. A projeção das copas das árvores cobre geralmente mais de 40% da superfície do solo. A densidade de árvores com diâmetro superior a 5 cm (medido a 30 cm acima da superfície do solo) gira em torno de 200 indivíduos por hectare e a área basal é de aproximadamente $10 \text{ m}^2 \text{ ha}^{-1}$.
- (B) descontínua, em que as árvores adultas, raramente retilíneas, geralmente têm altura superior a 6 (seis) metros. A projeção das copas das árvores cobre geralmente mais de 60% da superfície do solo. A densidade de árvores com diâmetro superior a 5 cm (medido a 30 cm acima da superfície do solo) gira em torno de 1200 indivíduos por hectare e a área basal é de aproximadamente $12 \text{ m}^2 \text{ ha}^{-1}$.
- (C) contínua, em que as árvores adultas, na maioria das vezes retilíneas, geralmente têm altura superior a 8 (oito) metros. A projeção das copas das árvores cobre geralmente mais de 90% da superfície do solo. A densidade de árvores com diâmetro superior a 5 cm (medido a 30 cm acima da superfície do solo) gira em torno de 2200 indivíduos por hectare e a área basal é de aproximadamente $20 \text{ m}^2 \text{ ha}^{-1}$.
- (D) contínua, em que as árvores adultas, na maioria das vezes retilíneas, geralmente têm altura superior a 10 (dez) metros. A projeção das copas das árvores cobre geralmente mais de 60% da superfície do solo. A densidade de árvores com diâmetro superior a 5 cm (medido a 30 cm acima da superfície do solo) gira em torno de 1200 indivíduos por hectare e a área basal é de aproximadamente $12 \text{ m}^2 \text{ ha}^{-1}$.
- (E) contínua, em que as árvores adultas, na maioria das vezes retilíneas, geralmente têm altura superior a 6 (seis) metros. A projeção das copas das árvores cobre geralmente mais de 40% da superfície do solo. A densidade de árvores com diâmetro superior a 5 cm (medido a 30 cm acima da superfície do solo) gira em torno de 200 indivíduos por hectare e a área basal é de aproximadamente $10 \text{ m}^2 \text{ ha}^{-1}$.
42. Considere as seguintes características silviculturais: (I) fisionomia, geralmente campestre, tem inicialmente o predomínio de estratos herbáceos, podendo haver estratos arbustivos e ocorrer predomínio de um ou outro; (II) fisionomia florestal, apresentando árvores de vários tamanhos; e (III) fisionomia que varia de savânica a florestal baixa, podendo ocorrer estrato herbáceo e pequenas árvores.
- Tais características correspondem, respectivamente, aos seguintes estágios de regeneração da vegetação secundária das Florestas Ombrófilas Estacionais:
- (A) Pioneiro, Avançado e Médio.
 (B) Pioneiro, Médio e Inicial.
 (C) Inicial, Avançado e Pioneiro.
 (D) Inicial, Médio e Avançado.
 (E) Inicial, Intermediário e Médio.
43. De acordo com a Lei n.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, para a definição de vegetação primária e de vegetação secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica, na hipótese de vegetação nativa localizada, serão observados, dentre outros, os seguintes parâmetros básicos:
- (A) existência, diversidade e quantidade de epífitas e trepadeiras.
 (B) fisiologia e substratos predominantes.
 (C) proporção diamétrica, diâmetro à altura do peito e altura das copas.
 (D) estágio de sucessão primária pioneiro, inicial, médio e tardio.
 (E) presença, ausência e características do dossel.
44. Para efeitos da análise de bacias hidrográficas, as equações que correspondem à determinação dos parâmetros físicos: (I) Densidade de drenagem (DD, km^2/km^2); (II) Declividade média da bacia hidrográfica (S, %); e (III) Lei dos canais (número de canais de determinada ordem) são, correta e respectivamente:
- (A) $(D \times L/A) \times 100$; \overline{Rb}^{k-u} ; L/A
 (B) L/A ; $(D \times L/A) \times 100$; \overline{Rb}^{k-u}
 (C) A/L ; $(L \times D/A) \times 100$; \overline{Rb}^{u-k}
 (D) $(L \times D/A) \times 100$; \overline{Rb}^{u-k} ; A/L
 (E) D/A ; $(L \times L/D) \times 100$; L/\overline{Rb}^{k-u}
- Dados:**
 A = área da bacia hidrográfica (m^2 ou km^2).
 D = distância entre as curvas de nível (m).
 L = comprimento total das curvas de nível (m ou Km).
 \overline{Rb} = razão de bifurcação média.
 k = ordem da bacia.
 u = ordem dada.

45. De acordo com a EMBRAPA Milho e Sorgo, a planta de Milheto (*Pennisetum glaucum*) tem sido plantada, sobretudo, nas regiões de Cerrado, em razão do potencial tanto de cobertura do solo pela prática do plantio direto, quanto de forrageira na pecuária de corte ou de leite. Esta planta responde, ainda, muito bem à correção do solo e à adubação, sendo tais técnicas fundamentais para serem obtidos maiores patamares de produtividade. Dentro desse contexto, as fórmulas para cálculo da necessidade de calagem pelo método da saturação por bases e da neutralização do Al e elevação dos teores de Ca e Mg são, correta e respectivamente:
- (A) $NC = (Ca - Mg)T/100$; e $NC = 2Al + [2 - (Ve + Va)]$
- (B) $NC = 2T + [2 - (Ca + Mg)]$; e $NC = (Ve - Va)Al \times 100$
- (C) $NC = (Ve - Va)T/100$; e $NC = 2Al + [2 - (Ca + Mg)]$
- (D) $NC = (Ve + Va)T \times 100$; e $NC = 2Al - [2 - (Ca - Mg)]$
- (E) $NC = (Ca + Mg)T \times 100$; e $NC = 2Al + [2 - (Ve + Va)]$
- Dados:**
 Ve = saturação por bases esperada (para milheto, recomenda-se 50%)
 Va = saturação por bases atual (obtida na análise química do solo)
 T = CTC a pH 7
46. De acordo com o disposto no art. 4.º, da Resolução CONAMA n.º 387, de 27 de dezembro de 2006, que estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e dá outras providências, “a critério do órgão ambiental competente, mediante decisão fundamentada em parecer técnico, poderá ser admitido procedimento simplificado de licenciamento ambiental para Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, considerando, entre outros critérios
- (A) ordenamento territorial; zoneamento econômico ecológico; dimensão do projeto e das parcelas.”
- (B) avaliação ambiental estratégica; estudo de impacto ambiental; base tecnológica de produção.”
- (C) questão fundiária; zoneamento ambiental; proximidade de unidades de conservação.”
- (D) terras indígenas; áreas remanescentes dos quilombos e outros espaços territoriais protegidos.”
- (E) igualdade de gênero, raça e etnia; estudo de impacto ambiental; número de famílias a serem assentadas.”
47. De acordo com o disposto no art. 8.º, da Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012, “a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei”. A partir disto, “a exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente, nem prejudiquem a função ambiental da área” é considerada
- (A) atividade eventual ou de baixo impacto ambiental.
- (B) utilidade pública ou de interesse social.
- (C) interesse social ou de baixo impacto ambiental.
- (D) utilidade pública.
- (E) interesse social.
48. De acordo com o art. 54, da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, “causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora” é considerado crime ambiental. Esse crime ambiental é, inclusive, agravado, dentre outras, na seguinte circunstância:
- (A) causar poluição hídrica que provoque a retirada momentânea dos habitantes das áreas rurais afetadas e cause danos diretos à saúde da população urbana.
- (B) ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.
- (C) causar poluição atmosférica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade rural.
- (D) tornar uma área rural imprópria para a regeneração natural.
- (E) destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção.

49. Assinale a alternativa correta sobre o tratamento e disposição final de efluentes no meio rural.
- (A) Efluentes sanitários contêm elevadas quantidades de patógenos intestinais, como os helmintos, protozoários, bactérias e vírus. Os principais parasitos presentes no esgoto são bacilo de Koch, *Treponema pallidum* e *Bordetella pertussis*.
 - (B) Mudanças das condições da umidade do solo podem ocasionar a floculação dos metais pesados que estejam eventualmente presentes nos efluentes domésticos para a fase sólida do solo, disponibilizando-os à absorção pelas plantas e/ou para a percolação no solo.
 - (C) Um dos fatores preocupantes no reuso agrícola é o excesso de sais e de sódio em efluentes sanitários e outros tipos de efluentes.
 - (D) Os principais contaminantes de água no meio rural que podem ser eliminados por meio de processos de tratamento são argilas suspensas, matéria orgânica, patógenos originados de fossas sépticas e fertilizantes.
 - (E) Pesticidas, fármacos e hormônios dissolvidos na água são eliminados por processos de tratamentos de água utilizados pelas companhias de abastecimento público.
50. Contida na Lei n.º 2.305, de 02 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos para o “conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei” – é definição de
- (A) Disposição final ambientalmente adequada.
 - (B) Gerenciamento de resíduos sólidos.
 - (C) Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
 - (D) Logística reversa.
 - (E) Planejamento estratégico de resíduos sólidos.

